

26.fevereiro.2013 – 09h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Rui Cruz, em representação do Movimento Tugaleaks

Recebidos por: Deputados Heloísa Apolónia (Verdes) e Michael Seufert (CDS-PP).

Assunto: Censura ao website tugaleaks.com

Exposição: A deputada Heloísa Apolónia (Verdes) deu as boas vindas a Rui Cruz e pediu-lhe para explicar a questão que motivou o pedido de audiência.

Rui Cruz referiu que representa o movimento cívico Tugaleaks, que foi criado em 2010, inicialmente para apoiar a Wikileaks em Portugal e faz notícias de ativismo para ativistas, disponibilizando notícias sem filtro, mais informativas e apartidárias. Realçou que não têm carteira de jornalistas, mas garantem, sempre que possível, a confirmação das fontes e o direito do contraditório. Saliu que não são hackers, nunca atacaram um site e preferem considerar-se “geeks” ou especialistas de segurança informática.

Identificou depois dois problemas, a saber:

1. A censura ou filtro ao seu website tugaleaks.com por parte do Ministério da Educação e Ciência, com impossibilidade de acesso ao mesmo nas escolas.

Tendo recebido uma denúncia de que o respetivo site não era acessível numa escola secundária, verificaram que isso resultava do sistema PNET. Em contrapartida, constataram que havia dois sites com conteúdos considerados pornográficos que eram acessíveis nas escolas. O bloqueio terminou durante o Verão, não conseguindo concretizar a respetiva data.

Realçaram que durante o período do bloqueio, que durou vários meses, não receberam publicidade, o que lhes causou prejuízos impossíveis de quantificar, referindo que essas receitas são fundamentais para o funcionamento do respetivo Movimento Cívico.

Indicaram ainda que há 12 dias solicitaram ao Ministério da Educação e Ciência uma lista dos bloqueios efetuados e os seus motivos, não tendo obtido resposta. Nessa

sequência, Rui Cruz defendeu que falta comunicação com o cidadão e reiterou que o Movimento Tugaleaks não tem nenhuma limitação legal de atividade, pelo que não há justificação para o bloqueio. Informou, por último, que se não houver resposta a curto prazo, apresentarão queixa à Comissão de Acesso a Documentos Administrativos.

2. A indicação, dada por um professor da escola Passos Manuel, de que era proibido fazer cópias dum livro escolar adotado na mesma. Rui Cruz indicou ainda que há manuais escolares que têm inscrita essa proibição.

Argumentou que a lei permite que os livros escolares sejam fotocopiados sem necessidade de autorização do autor e nessa sequência, questionou a escola, mas ainda não obteve resposta justificativa.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) perguntou se o bloqueio do Ministério da Educação e Ciência já tinha sido levantado e se a impossibilidade de fotocopiar livros é para a escola ou também para o consumidor final, comprometendo-se a analisar melhor a questão. Em relação aos manuais escolares, indicou que já está prevista a constituição de uma bolsa de livros, que permitirá o seu empréstimo aos alunos.

A deputada Heloísa Apolónia (Verdes) pediu confirmação de que o bloqueio existiu de janeiro a junho e foi depois levantado e como aconteceu o levantamento. Informou que o seu Grupo Parlamentar entende que os manuais escolares, pela sua relevância para a aprendizagem, devem ser gratuitos e que já apresentaram um Projeto de lei prevendo o empréstimo dos mesmos, através duma bolsa de livros, devendo os pais, aquando da matrícula, indicar se pretendem recorrer a esta hipótese, devendo devolver os livros no final do ano.

Em resposta, Rui Cruz indicou que o site pirata, tuga não está bloqueado e em relação ao site tugaleaks.com houve um bloqueio ao domínio e não à palavra-chave.

Quanto ao regime da cópia privada, indicou que na alínea f) do n.º 2 do artigo 75.º do [Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos](#) se estabelece que “São lícitas, sem o consentimento do autor, a reprodução, distribuição e disponibilização pública para fins de ensino e educação, de partes de uma obra publicada, contando que se destinem exclusivamente aos objetivos do ensino nesses estabelecimentos e não tenham por objetivo a obtenção de uma vantagem económica ou comercial, direta ou indireta”. Assim, entende que deve ser removida dos livros escolares a indicação “Seja original! Diga não à cópia”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Por último, solicitou que a Comissão entre em contacto com o Ministério da Educação e Ciência e com a escola, para obter resposta para as questões colocadas.

A documentação da audiência, incluindo os documentos deixados por Rui Cruz, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2013

A assessora
Teresa Fernandes